



BRASILIANAS

William França
brasilianas.cm@gmail.com



Imagem: Pictacorn

GDF e TJDFT firmam acordo histórico para mediar conflitos fundiários urbanos e rurais

Celina Leão e o desembargador Waldir Leôncio Júnior assinaram acordo de cooperação técnica com novas regras, humanizadas, para garantir reintegrações de posse no DF

A governadora do DF em exercício, Celina Leão, (PP) assinou ontem parceria com o presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), desembargador Waldir Leôncio Júnior, um acordo de cooperação técnica para consolidar uma política judiciária voltada ao tratamento de conflitos fundiários em áreas urbanas e rurais. Esse acordo pode ser considerado um momento histórico para o DF, uma vez que deve ajudar a colocar freio na grilagem de terras no DF, ou ainda a acelerar a regularização de áreas em litígio. É uma tentativa de evitar ações de repressão e de judicialização, segundo o TJDFT. “O GDF tem tomado várias medidas na questão da regularização fundiária, que é um problema histórico e cultural e temos várias áreas para serem resolvidas. Nós pegamos situações consolidadas, de áreas enormes como o Sol Nascente e a Estrutu-

ral. Estamos resolvendo essas duas áreas, mas a demanda é diária, porque lidamos com uma questão cultural que é a ocupação irregular de terras”, afirmou Celina Leão. Segundo ela, o GDF tem atuado em várias frentes para dar celeridade à questão. “Temos usado a tecnologia para evitar novas situações como as que lidamos. Estamos investindo muito na regularização da moradia e tenho certeza que essa política vai trazer medidas justas e acolhimento às pessoas que mais precisam”, completou Celina. **Bases para atuação conjunta** Ao falar em nome do Tribunal, o 1º vice-presidente do TJDFT, desembargador Roberval Belinati, pontuou que o acordo consolida uma nova visão institucional sobre como tratar os conflitos fundiários coletivos no DF. “Hoje, avançamos para um novo modelo: um modelo fundamentado no diálogo, na mediação, na escuta ativa das



A governadora em exercício, Celina Leão, e o presidente do TJDFT, desembargador Waldir Leôncio Júnior, assinam o acordo histórico

comunidades e na construção de soluções articuladas entre os diversos órgãos públicos. Um modelo que busca a pacificação social de forma responsável, respeitando o direito à moradia, a função social da terra e a dignidade da pessoa humana. A importância deste acordo é imensa, porque ele estabelece as bases para uma atuação conjunta, planejada e humanizada”, afirmou.

O presidente da Comissão Regional de Soluções Fundiárias do TJDFT, desembargador Renato Scussel, disse que o acordo “é um instrumento eficaz e adequado para a gente procurar soluções nas ocupações e desocupações a serem realizadas no DF”. E completou: “Então, é trabalhar juntos mesmo. Então ganha o Tribunal, ganha o Distrito Federal e a gente ao efeti-

var uma prestação judicial, seja uma prestação judicial mesmo eficaz, adequada, solucionando não só a retirada, mas o encaminhamento, principalmente das pessoas em situação de vulnerabilidade”, disse. **O que diz o acordo** A assinatura do Acordo de Cooperação Técnica 025/2025 para Consolidação da Política

Judiciária de Tratamento dos Conflitos Fundiários Coletivos no DF está alinhada à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 828, que definiu novas diretrizes para ações de despejo em áreas urbanas e rurais ocupadas durante a pandemia de covid-19. O STF determinou que ações desse tipo devem passar, obrigatoriamente, por comissões de mediação instituídas pelos tribunais de Justiça estaduais e distrital, o que foi sacramentado pelo GDF e pelo TJDFT. A criação das comissões tem como base a Resolução 510/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O objetivo é garantir que eventuais reintegrações de posse não sejam feitas de forma abrupta ou violenta, mas sim a partir de diálogo, mediação e busca por soluções adequadas a cada realidade.



O gráfico acima indica a localização das 28 áreas passíveis de regularização, após aprovação do Pdot

Novo Pdot irá propor a regularização de lotes para 20 mil famílias em 28 áreas no DF

O Plano Diretor de Ordenamento Territorial (Pdot) está em processo de revisão. Um dos pontos mais importantes dessa atualização é a regularização fundiária. A ideia é simples: transformar o que atualmente é informal em algo formal, com acesso a todos os serviços públicos e direitos garantidos, como infraestrutura urbana e título de propriedade. Depois de discussões com vários setores da sociedade civil e do governo, 28 áreas são propostas pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) para serem incluídas no Plano Diretor. Dessa forma, seriam passíveis de regularização, o que beneficiaria cerca de 20 mil famílias nesses locais. Depois que foram definidos os Núcleos Urbanos Informais, a principal lógica

para a escolha de cada uma dessas áreas é a sua classificação dentro das modalidades de Regularização Fundiária Urbana (Reurb), que refletem a situação social e econômica dos moradores e a necessidade de intervenção do poder público. Assim, o Pdot divide os locais de regularização em duas categorias: as Áreas de Regularização de Interesse Social (Aris), que são ocupadas pela população de baixa renda, onde o governo oferece mais apoio e subsídios; e as Áreas de Regularização de Interesse Específico (Arine), ocupadas predominantemente pela população que não é de baixa renda que tem condições de arcar com os custos da regularização. Dentre as 28 áreas de regularização propostas pelo Pdot, 17 são definidas como Aris,

como Santa Luzia, na SCIA/Estrutural, ou a Expansão Capão Comprido II, em São Sebastião. As 11 restantes são Arine, como Ponte Alta, no Gama, e a Colônia Agrícola 26 de Setembro, em Vicente Pires. **Como foi feita a classificação** A revisão do Pdot traz uma nova forma de identificar e trabalhar essas áreas. Primeiro, se baseou na Lei Federal nº 13.465/2017 e na Lei Complementar nº 986/2021 do DF para definir esses 28 locais, tecnicamente chamados de Núcleos Urbanos Informais (NUIs) – basicamente, são o ponto de partida das estratégias de regularização, pois são as áreas que surgiram sem planejamento formal, de forma irregular, e que o Pdot busca

transformar em bairros formais e integrados à cidade. “Em resumo, as 28 áreas foram escolhidas através de um mapeamento rigoroso da informalidade, considerando o porte, o grau de consolidação e a viabilidade legal e ambiental de cada área, buscando dar prioridade para a formalização e a urbanização de quem já vive nesses locais”, afirma o coordenador de Planejamento Territorial e Urbano da Seduh, Mário Pacheco. No Pdot passado havia a Lei Federal nº 13.465/2017. “Por isso, o Plano Diretor atual teve que se atualizar com relação as normas mais recentes de regularização fundiária”, pontua Mário Pacheco. “Dessa forma, a equipe desenvolveu parâmetros para poder analisar cada uma das áreas que foram identificadas”, explica.

GDF: contingenciar não é cortar

Governo segura R\$ 1 bilhão em gastos e afirma que saúde não será prejudicada

Por Thamiris de Azevedo

O contingenciamento no valor de R\$ 1 bilhão no orçamento do DF gerou polêmicas e críticas, principalmente em relação ao valor de R\$ 415 milhões na saúde pública do DF, que é um problema generalizado da cidade. O Correio da Manhã procurou a Secretaria de Estado de Economia do DF (SEEC) para entender esse “corte”, como, por vezes, foi chamado. Em resposta, a SEEC ressalta que a contingência não é um corte, e sim um bloqueio no orçamento das pastas do DF para buscar equilíbrio fiscal.

“Significa que os valores estão temporariamente bloqueados no orçamento, de forma preventiva, para garantir o equilíbrio fiscal e a continuidade dos serviços públicos. Nenhuma verba foi retirada das secretarias”, destaca. O decreto determina que, no prazo de 60 dias, os órgãos inclusos apresentem documentação que demonstre redução das despesas decorrentes de revisão ou renegociação em contratos administrativos. **Saúde** Em relação à saúde, a secretaria destaca que não haverá prejuízos no que diz res-

peito à prestação de serviços à população. “Todos os atendimentos e ações da área de saúde seguirão normalmente”, afirma. A pasta também reafirma que as negociações já realizadas continuarão em vigor, incluindo o acordo firmado com o Sindicato dos Professores, após a greve encerrada na semana passada. O secretário executivo de Finanças, Orçamento e Planejamento, Thiago Conde, afirmou que o DF está arrecadando mais do que gasta. A secretaria afirma que, apesar disso, os gastos estão acelerados.



GDF assegura que cortes no orçamento não são definitivos

Geovana Albuquerque/Agência Brasília